

**VLI S.A.**  
**Demonstrações contábeis em**  
**31 de dezembro de 2013**  
**e relatório dos auditores independentes**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas  
VLI S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da VLI S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da VLI S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



VLI S.A.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI S.A. e da VLI S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota 4.1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da Resolução 4.131, datada de 3 de julho de 2013, autorizou a controlada da Companhia (Ferrovia Centro Atlântica S.A. – FCA) a devolver 3.800 quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob a sua concessão e determinou que a FCA redirecione investimentos que seriam realizados nesses trechos, no montante de R\$874 milhões, para a malha Centro-Leste, que permanecerá sob sua concessão. A Companhia entende que os investimentos serão contabilizados contra o intangível referente à concessão, na medida em que forem realizados. Consequentemente, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa resolução. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1



Valor da Logística Integrada

# **Demonstrações Contábeis em 31/12/2013**

**Gerência de Contabilidade**

## Índice

<b>1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>- 3 -</b>
<b>2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>- 4 -</b>
<b>3– DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>- 6 -</b>
3.1 – Balanço patrimonial .....	- 6 -
3.2 – Demonstração do resultado.....	- 7 -
3.3 – Demonstração do resultado abrangente.....	- 8 -
3.4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
3.5 – Demonstração dos fluxos de caixa .....	10
3.6 – Demonstração do valor adicionado.....	11
<b>4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>12</b>
4.1 – Contexto Operacional.....	12
4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	16
4.3 – Resumo das principais políticas contábeis.....	16
4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos .....	23
4.5 – Caixa e equivalentes de caixa.....	25
4.6 – Contas a receber de clientes .....	25
4.7 – Partes relacionadas.....	26
4.8 – Estoques.....	30
4.9 – Tributos a recuperar.....	31
4.10 – Despesas pagas antecipadamente.....	31
4.11 – Demais contas a receber.....	33
4.12 – Dividendos a receber.....	33
4.13 – Depósitos judiciais e provisão para contingências .....	33
4.14 – Investimentos .....	37
4.15 – Imobilizado .....	38
4.16 – Intangível.....	41
4.17 – Fornecedores - terceiros.....	44
4.18 – Empréstimos e financiamentos .....	44
4.19 – Obrigações fiscais .....	45
4.20 – Obrigações sociais e trabalhistas.....	46
4.21 – Arrendamentos, concessões e subconcessão a pagar.....	46
4.22 – Provisões operacionais.....	48
4.23 – Adiantamento de clientes.....	48
4.24 – Dividendos propostos .....	48
4.25 – Demais contas a pagar .....	48
4.26 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC.....	49
4.27 – Receitas diferidas.....	49
4.28 – Patrimônio líquido.....	49
4.29 – Receita de serviços prestados .....	50
4.30 – Custo dos serviços prestados.....	51
4.31 – Receitas (despesas) operacionais .....	51
4.32 – Resultado financeiro .....	52
4.33 – Imposto de renda e contribuição social.....	52
4.34 – Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica.....	55
4.35 – Previdência complementar .....	57
4.36 – Instrumentos financeiros.....	60
4.37 – Compromissos.....	62
4.38 – Outras Informações .....	62
<b>5 – ADMINISTRAÇÃO - DIRETORES.....</b>	<b>63</b>

## 1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais vigentes, apresenta a V.S.as as Demonstrações Contábeis, bem como o presente Relatório, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Devemos salientar que em função da incorporação de ativos diversos ao longo dos últimos anos, inclusive 2011, 2012 e 2013, a estrutura societária da VLI S.A. em 2013 difere daquela verificada em 2012, não permitindo assim qualquer tipo de analogia dentro da mesma base de comparação para os indicadores operacionais e financeiros.

### Desempenho Financeiro

A Receita Bruta fechou o ano de 2013 em R\$ 3.096 milhões, uma evolução de +20,85% ante 2012. Ainda em 2013 a Receita Líquida apresentou um aumento de +21,15% sobre o exercício anterior, atingindo R\$ 2.629 milhões.

Os Custos Totais alcançaram R\$ 1.930 milhões no ano de 2013, um aumento de +16,97% em relação a 2012. O EBITDA apresentou uma evolução de +29% alcançando R\$ 638 milhões em 2013, ante o resultado de R\$ 493,7 milhões verificado no exercício anterior. Corroborando com o crescimento do EBITDA, a margem EBITDA foi de 24,3%, uma expansão de +1,5 p.p. em relação ao ano anterior.

Como Resultado Líquido a Companhia verificou um resultado positivo de R\$ 326,4 milhões, desempenho superior ao verificada no ano anterior aonde que foi de um prejuízo líquido de R\$ 130,6 milhões.

### Investimentos

Em 2013, o montante investido pela VLI S.A. foi da ordem de R\$ 1.405 milhões alocados nas companhias investidas (capital R\$ 807,45 MM - corrente R\$ 597,60). Os recursos foram alocados principalmente na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

<b>Evolução (R\$ Mil)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>3.095,58</b>	<b>2.561,40</b>	<b>20,85%</b>
(-) Deduções	(466,26)	(391,10)	19,22%
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.629,32</b>	<b>2.170,30</b>	<b>21,15%</b>
(-) Custos Totais	(1.930,43)	(1.650,30)	16,97%
(+/-) Outras Receitas/Despesas Oper.	(60,69)	(26,30)	130,75%
<b>EBITDA</b>	<b>638,21</b>	<b>493,70</b>	<b>29%</b>
Margem Ebitda	24,27%	22,75%	
(-) D&A	(725,41)	(584,70)	24,07%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(133,34)	(4,2)	3075%
(-/+ ) IR&CSLL	546,98	(35,5)	
<b>Resultado Líquido</b>	<b>326,4</b>	<b>(130,70)</b>	<b>-349,76%</b>

São Paulo, 09 de Abril de 2014

A Administração

## **2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas  
VLI S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da VLI S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da VLI S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI S.A. e da VLI S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.2.

## **Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota 4.1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da Resolução 4.131, datada de 3 de julho de 2013, autorizou a controlada da Companhia (Ferrovia Centro Atlântica S.A. – FCA) a devolver 3.800 quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob a sua concessão e determinou que a FCA redirecione investimentos que seriam realizados nesses trechos, no montante de R\$874 milhões, para a malha Centro-Leste, que permanecerá sob sua concessão. A Companhia entende que os investimentos serão contabilizados contra o intangível referente à concessão, na medida em que forem realizados. Consequentemente, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa resolução. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1



### 3– DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 3.1 – Balanço patrimonial

Em milhares de Reais		Consolidado		Controladora	
	Notas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	406.388	406.151	282.243	59.933
Contas a receber de clientes	4.6	182.090	214.657	974	636
Partes relacionadas	4.7	120.438	92.053	10.869	3.934
Estoques	4.8	65.093	61.322		
Tributos a recuperar	4.9	116.133	70.636	1.079	1.350
Despesas pagas antecipadamente	4.10	9.985	11.796		
Dividendos a receber	4.12			3.390	2.758
Demais contas a receber	4.11	25.311	25.783	625	2.649
		<u>925.438</u>	<u>882.398</u>	<u>299.180</u>	<u>71.260</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	4.6	136.241			
Despesas pagas antecipadamente	4.10	21.290	23.115		
Depósitos judiciais	4.13	131.042	116.093		
Tributos a recuperar	4.9	158.736	15.777		
Partes relacionadas	4.7	256.369		8.742	
Estoques	4.8	1.385			
Contas a receber da RFFSA (União)	4.13(a)	53.493	38.582		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.7			1.825.324	1.244.344
Demais contas a receber	4.11	8.604	2.240		
Investimento	4.14			4.129.143	3.659.626
Imobilizado	4.15	2.027.419	1.116.231	23.543	6.796
Intangível	4.16	4.371.515	3.813.784	5.510	11.175
		<u>7.166.094</u>	<u>5.125.822</u>	<u>5.992.262</u>	<u>4.921.941</u>
Total do ativo		<u>8.091.532</u>	<u>6.008.220</u>	<u>6.291.442</u>	<u>4.993.201</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	4.18	575			
Fornecedores - terceiros	4.17	174.815	156.348	9.235	4.434
Partes relacionadas	4.7	858.949	93.824	571.368	1.953
Obrigações fiscais	4.19	73.367	31.995	2.490	1.237
Obrigações sociais e trabalhistas	4.20	143.976	95.751	36.581	20.005
Arrendamento e concessões	4.21	39.915	37.787		
Dividendos propostos	4.24	5.603			
Provisões operacionais	4.22	24.772	4.034	100	4.034
Adiantamento de clientes	4.23	7.908	27.131		
Receitas diferidas	4.27	417	317	100	
Demais contas a pagar	4.25	6.223	5.842	2	2
		<u>1.336.520</u>	<u>453.029</u>	<u>619.876</u>	<u>31.665</u>
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	4.18	181.978			
Partes relacionadas	4.7		5.023		
Obrigações fiscais	4.19	25.066			
Provisão para contingências	4.13	76.326	77.452		
Benefícios a empregados pós-aposentadoria	4.35	6.899		2.084	
Receitas diferidas	4.27	4.504	3.963	858	
Subconcessões a pagar	4.21	140.485	132.782		
Demais contas a pagar	4.25	206	15.918		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.26		1.301.100		1.301.100
		<u>435.464</u>	<u>1.536.238</u>	<u>2.942</u>	<u>1.301.100</u>
Patrimônio líquido	4.28				
Capital social		5.838.558	4.123.358	5.838.558	4.123.358
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.701)	(20.128)	(20.701)	(20.128)
Prejuízos acumulados		(149.233)	(442.794)	(149.233)	(442.794)
		<u>5.668.624</u>	<u>3.660.436</u>	<u>5.668.624</u>	<u>3.660.436</u>
Participação dos não controladores		650.924	358.517		
Patrimônio líquido		<u>6.319.548</u>	<u>4.018.953</u>	<u>5.668.624</u>	<u>3.660.436</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>8.091.532</u>	<u>6.008.220</u>	<u>6.291.442</u>	<u>4.993.201</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## 3.2 – Demonstração do resultado

Em milhares de Reais, exceto lucro (prejuízo) por ação	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de serviços prestados	4.29	2.629.285	2.170.282		
Custo dos serviços prestados	4.30	(2.518.731)	(2.092.901)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>110.554</b>	<b>77.381</b>		
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas	4.31 (b)	(28.622)	(28.308)	(28.398)	(28.217)
Gerais e administrativas	4.31 (a)	(108.483)	(98.597)	(93.068)	(87.729)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.31 (c)	(60.688)	(41.450)	91.309	95.182
		<b>(197.793)</b>	<b>(168.355)</b>	<b>(30.157)</b>	<b>(20.764)</b>
<b>Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<b>(87.239)</b>	<b>(90.974)</b>	<b>(30.157)</b>	<b>(20.764)</b>
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	4.14 (b)			326.397	(105.974)
<b>Resultado financeiro</b>	4.32	<b>(133.339)</b>	<b>(4.199)</b>	<b>(14.336)</b>	<b>704</b>
Despesas financeiras		(217.999)	(13.416)	(17.380)	(88)
Receitas financeiras		33.730	12.936	3.030	792
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		50.930	(3.719)	14	
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(220.578)</b>	<b>(95.173)</b>	<b>281.904</b>	<b>(126.034)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	4.33				
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(86.861)	(35.472)		
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		616.866		11.657	
Incentivos fiscais		16.975			
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>326.402</b>	<b>(130.645)</b>	<b>293.561</b>	<b>(126.034)</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da Companhia		293.561	(126.034)	293.561	(126.034)
Participação dos não-controladores		32.841	(4.611)		
		<b>326.402</b>	<b>(130.645)</b>	<b>293.561</b>	<b>(126.034)</b>
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações R\$				58,90	(32,21)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### 3.3 – Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de Reais	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido (Prejuízo) do período		326.402	(130.645)	293.561	(126.034)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>					
Previdência privada	4.35	(573)		(935)	
		(573)		(935)	
<b>Outros componentes do resultado abrangente do período</b>		<b>(573)</b>		<b>(935)</b>	
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		<b>325.829</b>	<b>(130.645)</b>	<b>292.626</b>	<b>(126.034)</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da Companhia		292.988	(126.034)	292.626	(126.034)
Participação dos não-controladores		32.841	(4.611)		
		<b>325.829</b>	<b>(130.645)</b>	<b>292.626</b>	<b>(126.034)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### 3.4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas da controladora					
	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total	Participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.649.168</b>	<b>(20.128)</b>	<b>(316.760)</b>	<b>3.312.280</b>	<b>363.128</b>	<b>3.675.408</b>
Resultado abrangente do período						
Prejuízo do exercício			(126.034)	(126.034)	(4.611)	(130.645)
Total do resultado abrangente			(126.034)	(126.034)	(4.611)	(130.645)
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Aportes de capital no decorrer do exercício	474.190			474.190		474.190
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	474.190			474.190		474.190
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.123.358</b>	<b>(20.128)</b>	<b>(442.794)</b>	<b>3.660.436</b>	<b>358.517</b>	<b>4.018.953</b>
Outros resultados abrangentes						
Lucro líquido do exercício			293.561	293.561	32.841	326.402
Realização da reavaliação de ativos		1.582		1.582	1.520	3.102
Previdência privada de investidas		(2.155)		(2.155)	340	(1.815)
Total de outros resultados abrangentes		(573)	293.561	292.988	34.701	327.689
Participação dos não controladores						
Participação dos não controladores proveniente de transações com acionistas					263.309	263.309
Total de participação dos não controladores					263.309	263.309
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Dividendos					(5.603)	(5.603)
Aportes de capital no decorrer do exercício	1.715.200			1.715.200		1.715.200
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	1.715.200			1.715.200	(5.603)	1.709.597
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.838.558</b>	<b>(20.701)</b>	<b>(149.233)</b>	<b>5.668.624</b>	<b>650.924</b>	<b>6.319.548</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 3.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido (Prejuízo) do período	326.402	(130.645)	293.561	(126.034)
<b>Ajustes:</b>				
Resultado de equivalência patrimonial			(326.397)	105.974
Depreciação e amortização	725.409	584.672	798	
Provisão para perdas e contingências	9.661	(20.388)	1.255	
Constituição (reversão) operacionais	5.603	(1.444)		
Despesas com variação monetária/cambial	(51.481)	3.723		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825		
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	6.018	(730)		
Receitas diferidas	641	(635)	958	
Despesa da obrigação de benefício	1.286			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(120.952)			
Resultados financeiros não realizados	119.846		12.285	
Incentivo Fiscal	(16.975)			
Outros	(2.900)		1.534	
	<b>1.004.383</b>	<b>436.378</b>	<b>(16.006)</b>	<b>(20.060)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber Empresas ligadas	(284.754)	(58.824)	(15.677)	16.937
Contas a receber Terceiros	(74.705)	(78.916)	(1.593)	(636)
Estoques	(7.947)	18.748		
Tributos a recuperar	(70.278)	(75.405)	271	(1.228)
Outras despesas antecipadas	1.811	(3.929)		
Depósitos judiciais e garantias	(7.669)	35.043		
Outros ativos	(21.401)	(11.790)	2.024	3.427
Fornecedores - Empresas ligadas	128.176	(182.013)	12.121	1.238
Fornecedores - Terceiros	27.949	102.346	4.801	2.664
Impostos, taxas e contribuições a recolher	66.438	46.780	1.253	577
Salários e obrigações sociais	48.225	5.553	16.576	(1.956)
Arrendamento e concessões a pagar	2.128	2.302		
Outros passivos	(6.917)	7.674	(1.850)	4.031
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>805.439</b>	<b>243.947</b>	<b>1.920</b>	<b>4.994</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Recebimento pela venda de imobilizado	2.997	3.037		
Aporte de capital em controladas			(145.000)	
Compra de ativo imobilizado e intangível	(2.285.169)	(1.309.240)	(12.739)	(17.971)
Adiantamento para futuro aumento de capital			(580.980)	(1.254.344)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.282.172)</b>	<b>(1.306.203)</b>	<b>(738.719)</b>	<b>(1.272.315)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Mútuo com partes relacionadas	617.583		545.009	
Aumento de Capital	677.409	474.190	414.100	474.191
Adiantamento para futuro aumento de capital		836.910		836.910
Empréstimos com instituições financeiras	181.978			
<b>Caixa líquido proveniente das atividades financiamento</b>	<b>1.476.970</b>	<b>1.311.100</b>	<b>959.109</b>	<b>1.311.101</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>237</b>	<b>248.844</b>	<b>222.310</b>	<b>43.780</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	406.151	157.307	59.933	16.153
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	406.388	406.151	282.243	59.933

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 3.6 – Demonstração do valor adicionado

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas</b>				
Vendas brutas de serviços	3.091.167	2.561.402		
Outras receitas (despesas)	192.357	102.015	146.312	119.931
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(6.740)	(11.488)		
	<u>3.276.784</u>	<u>2.651.929</u>	<u>146.312</u>	<u>119.931</u>
<b>Menos: Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos serviços prestados	(362.966)	(699.908)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.526.521)	(841.605)	(60.061)	(53.697)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	(330)	15.648	(1.255)	
Outros	(42.576)	(33.750)	(7.453)	(9.028)
	<u>(1.932.393)</u>	<u>(1.559.615)</u>	<u>(68.769)</u>	<u>(62.725)</u>
<b>Valor Adicionado bruto</b>	<b>1.344.391</b>	<b>1.092.314</b>	<b>77.543</b>	<b>57.206</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(725.409)	(584.672)	(798)	
<b>Valor Adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>618.982</b>	<b>507.642</b>	<b>76.745</b>	<b>57.206</b>
<b>Valor Adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de participações societárias			326.397	(105.974)
Receitas financeiras	97.061	23.039	3.045	792
	<u>97.061</u>	<u>23.039</u>	<u>329.442</u>	<u>(105.182)</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>716.043</b>	<b>530.681</b>	<b>406.187</b>	<b>(47.976)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	262.411	204.505	39.693	38.490
Benefícios	160.678	96.908	49.188	22.893
F.G.T.S.	20.007	21.207	3.206	3.295
Outros gastos com pessoal	8.022	5.642	2.723	1.180
	<u>451.118</u>	<u>328.262</u>	<u>94.810</u>	<u>65.858</u>
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	(397.025)	210.803	250	11.562
Estaduais	76.760	83.737	183	549
Municipais	28.619	11.283	2	1
	<u>(291.646)</u>	<u>305.823</u>	<u>435</u>	<u>12.112</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	230.169	27.241	17.381	88
	<u>230.169</u>	<u>27.241</u>	<u>17.381</u>	<u>88</u>
Remuneração de Capital próprio				
Lucro líquido (prejuízo) do período	326.402	(130.645)	293.561	(126.034)
	<u>326.402</u>	<u>(130.645)</u>	<u>293.561</u>	<u>(126.034)</u>
<b>Valor Adicionado distribuído</b>	<b>716.043</b>	<b>530.681</b>	<b>406.187</b>	<b>(47.976)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4.1 – Contexto Operacional**

A VLI S.A. (doravante denominada “VLI” ou “Companhia”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.838.558, representado por 6.124.086.168 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### **Ferrovia Centro-Atlântica S.A.**

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao

referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.21 . A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Foi anunciada no dia 3 de julho, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão. A administração da Companhia entende que os investimentos serão contabilizados contra o intangível referente à concessão, na medida em que forem realizados.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Serão desativados e devolvidos os seguintes trechos ferroviários:

<b>I – Trechos antieconômicos:</b>	<b>II– Trechos viáveis:</b>
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

### **Ferrovia Norte Sul S.A.**

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007 sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a Valec – Engenharia Construções e Ferrovias S.A., sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:



225 km entre Açailândia e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.

133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.

213.2 km entre Araguaiana (TO) e Guarai (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.

148.3 Km entre Guarai (TO) a Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A FNS realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O trecho ainda não entrou em operação.

O pagamento da parcela remanescente a ser pago à Valec do Contrato de Subconcessão da Ferrovia Norte Sul será suportado por aportes a serem efetuados pela Controladora VLI Multimodal S.A.

Em 31 de março de 2011, a VLI transferiu para a VLI Multimodal S.A. o montante de 1.354.911 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o controle acionário da companhia.

#### **VLI Multimodal S.A.**

Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A..

A VLI Multimodal S.A.(doravante denominada “Companhia”) com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, é controlada pela VLI S.A e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;
- (b) construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

#### **VLI Operações Portuárias S.A.**

A VLI Operações Portuárias S.A. (doravante denominada “VOP”, “Companhia”) foi constituída em 11 de outubro de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tendo iniciado suas atividades operacionais em janeiro de 2012. É controlada pela VLI S.A., tendo por objeto social:

- (i) construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias

destinadas ou provenientes de transporte aquaviário e também provendo serviços de apoio a navios na área do porto;

- (ii) explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;
- (iii) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não;
- (iv) prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM; e
- (v) execução de quaisquer atividades fins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, além de outras que utilizem como base a nossa estrutura, podendo, ainda, participar do capital de outras empresas.

### **TUF Empreendimentos e Participações S.A**

A TUF Empreendimentos e participações S.A., abreviadamente TUF Empreendimentos ("TUF" ou "Companhia") é uma sociedade por ações e foi constituída em 27 de março de 2012, com sede na cidade de Cubatão, estado de São Paulo. É controlada pela VOP, tendo por objeto social:

- i. a construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, bem como a provisão de serviços de apoio a navios na área do porto;
- ii. a exploração do comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário; a exploração, direta ou indiretamente, de serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias e de contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá, ainda, gerir ou administrar quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, além de outras que utilizem como base a estrutura portuária, podendo, ainda, participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior.

### **Ultrafertil S.A**

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil" ou "Companhia") é uma empresa operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com sede no Município de Santos, São Paulo, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

Em 14 de maio de 2012, a Companhia passou por um processo de reorganização societária com a finalidade, dentre outras, de segregar os ativos de fertilizantes e químicos das atividades relacionadas ao terminal marítimo.

Nessa data foram aprovadas as cisões parciais da Companhia, com versão dos acervos líquidos cindidos para Vale Fertilizantes S.A. (nova denominação da Mineração Naque S.A., doravante denominada “Vale Fertilizantes”) e Araucária Nitrogenados S.A. (companhia também controlada pela Vale Fertilizantes).

De acordo com o “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporações e Cisão Parcial”, firmado por Mineração Naque S.A. (atual Vale Fertilizantes S.A.), Vale Empreendimentos e Participações Ltda., Vale Fertilizantes S.A. (companhia extinta em junho de 2012) e Ultrafertil S.A., a cisão passou a ter efeito a partir de 1º de junho de 2012.

Após a cisão, o objeto social da Ultrafertil foi alterado e a Companhia deixou de exercer atividades relacionadas a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos, passando a deter apenas a operação de terminal portuário próprio de uso misto.

A TUF Empreendimentos e Participações S.A passou a ser a controladora da Ultrafertil a partir da AGE do dia 20 de agosto de 2013.

## **4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis**

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembléia Geral Ordinária.

## **4.3 – Resumo das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

### **a) Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 4.4.

### **Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **Demonstrações Contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos

ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido dos acionistas da controladora.

#### **b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS, com vigência a partir 1º de janeiro de 2013 que tenham tido impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### **c) Critérios de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas diretas (VLI Multimodal, VOP) e de suas controladas indiretas (FCA, FNS, TUF e Ultrafertil).

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

##### **i) Investimentos em entidades controladas**

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Na consolidação das entidades controladas, a participação de terceiros é registrada no demonstrativo de patrimônio líquido, na rubrica de acionistas não controladores.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

##### **ii) Participação dos acionistas não controladores**

A Companhia trata as transações com participações dos acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados

como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

#### **d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **e) Ativos financeiros**

##### **Classificação e Mensuração**

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “contas a receber de clientes”. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

##### **Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia, no decorrer do período, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”).

#### **f) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização (“*Impairment*”).

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em dados históricos de inadimplência.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.

#### **g) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

## **h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## **i) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.15.

## **j) Intangível**

### **I Direitos de Concessão**

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado malha paulista sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

### **II Direitos de subconcessão**

Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão. Também está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2037.

### III Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

### IV Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.16.

#### **k) Impairment de ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (“*impairment*”), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

#### **l) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração de resultado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **m) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

#### **n) Concessões, subconcessões e arrendamentos**

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois

tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

No caso da FNS, o contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão (Nota 4.1).

Em linha com os esclarecimentos provenientes das Orientações Técnicas - OCPC 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União (extinta RFFSA).

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionada aos contratos de concessão, subconcessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível, em linha com as orientações da OCPC 05. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Os montantes pagos antecipadamente por conta do contrato de subconcessão da FNS foram registrados no ativo intangível (Nota 4.3(j)).

#### **o) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver previsão de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.13), sendo o Grupo um agente no litígio. Nesses casos, as contingências não transitam pelo resultado e o valores pagos pela Companhia e devido pela União são apresentados pelo líquido no balanço.

#### **p) Benefícios a empregados**

##### **Obrigações de aposentadoria**

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente



da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

### **Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

### **q) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

### **Receitas de serviços**

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

### **Receitas financeiras**

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

### **r) Dividendos**

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

## **s) Moeda Funcional**

As transações realizadas nas demonstrações contábeis de cada empresa são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais.

## **t) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 – “Taxas” – aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014;  
IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – a ser definida a data para aplicação

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## **u) Capital Social**

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

## **v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

## **4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

### **4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas**

O Grupo preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acreditam serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial do Grupo, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira do Grupo, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos – A administração do Grupo adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza

incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

- ii. Provisão para contingências – O Grupo constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iii. Tributos sobre o lucro diferidos – A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- iv. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. As controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis do Grupo**

##### **a) Concessão e subconcessão**

O Grupo segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração do Grupo, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.

- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, o Grupo considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

#### 4.5 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos	15.892	133.136	736	38.352
Aplicações Financeiras	390.496	273.015	281.507	21.581
	<b>406.388</b>	<b>406.151</b>	<b>282.243</b>	<b>59.933</b>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

#### 4.6 – Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>				
Contas a receber de clientes	214.349	238.920	2.229	636
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(32.259)	(24.263)	(1.255)	
Contas a receber de clientes, líquidas	182.090	214.657	974	636
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber - Valec (a)	136.241			
	<b>136.241</b>			

(a) Em dezembro de 2013, a FNS registrou o montante de R\$ 136.241, referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários objetos do contrato de subconcessão disposto na nota 4.1. Do valor reconhecido, cerca de R\$ 99.275 (nota 4.31 (c)), refere-se ao valor principal da multa, enquanto R\$ 36.965, refere-se ao valor da atualização monetária. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante (realizável a longo prazo) em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a Valec.

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	110.358	203.724	196	636
Vencidos até 3 meses	19.223	6.777	329	
Vencidos de 3 a 6 meses	15.749	2.509	444	
Vencidos acima 6 meses	69.019	25.910	1.260	
Contas a receber de clientes	214.349	238.920	2.229	636

Em 31 de dezembro de 2013, certas contas a receber de clientes no montante de R\$ 32.259 (2012 - R\$ 24.263) estavam vencidas e provisionadas.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

O comitê de créditos e cobranças analisa a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

#### 4.7 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora direta
VLI Multimodal S.A.	Controlada
VLI Operações Portuárias S.A	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle da Vale S.A.)

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>				
Partes relacionadas				
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KOBASCO	4	4		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	36	38		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14			
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	553	327		
Log-in Logística Intermodal S/A	20	19		
Mineração Andirá Ltda		3		
MRS Logística S/A	636	3.043		
Vale Manganês S.A.		126		
Ultrafertil		524		
Vale S/A	99.687	70.969		
Vale Fertilizantes S.A	18.999	16.978		
Vale Moçambique	479			
Mineração Urucum S.A	3	3		
Valia		16		
Salobo Metais S.A	5	3		
Ferrovia Norte Sul S.A			20	20
Ferrovia Centro Atlântica S.A			-	3.710
VLI Operações Portuárias S.A			1.515	
Samarco	2			
VLI Multimodal S.A.			9.334	204
	<u>120.438</u>	<u>92.053</u>	<u>10.869</u>	<u>3.934</u>



	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Custos e despesas</b>				
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões				
MRS Logística S.A	(7.640)	(9.494)		
Vale S/A	(402)	(12.842)		
	<u>(8.042)</u>	<u>(22.336)</u>		
Custo de partilha de fretes				
Vale S/A	(19.320)	(13.286)		
MRS Logística S/A	(104.628)	(93.383)		
	<u>(123.948)</u>	<u>(106.669)</u>		
Custo com direito de passagem				
Vale S/A	(7.506)	(24.181)		
	<u>(7.506)</u>	<u>(24.181)</u>		
Custo de manutenção de vagões e locomotivas				
Vale S.A	(7.999)			
	<u>(7.999)</u>			
Custo dos serviços vendidos				
Vale S/A	(903.013)	(633.527)		
Vale Moçambique Ltda		(553)		
Log-in Logística Intermodal S.A	(7.392)	(9.725)		
	<u>(910.405)</u>	<u>(643.805)</u>		

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Previdência Complementar</b>				
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(7.513)	(3.722)	(3.228)	(3.004)
	<u>(7.513)</u>	<u>(3.722)</u>	<u>(3.228)</u>	<u>(3.004)</u>

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Despesas com processos de suporte</b>				
Vale S/A	(10.418)	(1.086)	(10.418)	(1.335)
	<u>(10.418)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>(10.418)</u>	<u>(1.335)</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Vale S/A	(13.896)	(5.784)		
	<u>(13.896)</u>	<u>(5.784)</u>		

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros - Log-in Logística Intermodal Ltda		(14)		
Juros - Ultrafértil S.A		(52)		
Juros - Vale S.A		(14)	(12.162)	
Juros - Vale Fertilizantes S.A		(32)		
Juros - Vale Manganês S.A		(5)		
Encargos sobre empréstimos - Vale S.A	(14.224)			
Variação monetária - Vale S.A		(1.780)		
	<u>(14.224)</u>	<u>(1.897)</u>	<u>(12.162)</u>	

As análises de vencimentos dos créditos com empresas ligadas estão apresentadas abaixo:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
A vencer	302.393	64.996	19.611	3.934
Vencidos até 3 meses	12.063	9.905		
Vencidos de 3 a 6 meses	8.617	3.049		
Vencidos acima 6 meses	53.734	14.103		
Contas a receber de clientes	<u>376.807</u>	<u>92.053</u>	<u>19.611</u>	<u>3.934</u>

O caixa e equivalentes de caixa representam os valores que o Grupo VLI tem de crédito em função do sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo Vale.

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que o Grupo VLI tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que o Grupo VLI tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Em 18 de setembro de 2013 a VOP celebrou contrato de mútuo com a Vale S.A no montante de R\$ 72.573.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados para a VLI S.A no período de janeiro a março de 2013, no montante de R\$ 243.010, foram convertidos para Mútuos.

Os juros dos respectivos mútuos são calculados com base na variação de 110 % das taxas médias diárias dos DI (Depósito interfinanceiro de um dia). Os juros são calculados de forma cumulativa, pro rata temporis.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

Na receita bruta de vendas de serviços foi registrado o valor dos serviços prestados pelo grupo "VLI".

A remuneração do pessoal chave da administração do Grupo, composta exclusivamente pelos diretores mencionados no item "4 – Administração – Diretores" deste relatório, é paga integralmente pela Companhia.

#### **REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais**

Com o advento da Lei 12865/13 - 09.outubro.2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas de se beneficiar das bases tributárias, adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.



De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente o saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento a vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais e foi paga no ato do exercício da opção pela VALE, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que a devolução das demais parcelas ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

## 4.8 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>		
Peças e componentes de equipamentos / instalações	41.040	43.495
Combustíveis, lubrificantes e gases	10.974	4.629
Materiais de expediente e outros	8.852	5.946
Materiais elétricos / eletrônicos	7.163	7.417
Importações em andamento	1.944	3.030
Materiais de construção / conservação	854	1.037
Materiais de consumo de oficinas e manutenção	2.037	745
Materiais de borracha	14	17
Provisão para perdas em itens de estoque	(7.785)	(4.994)
	<b>65.093</b>	<b>61.322</b>
<b>Não circulante</b>		
Materiais de consumo de oficinas e manutenção	1.385	
	<b>1.385</b>	

## 4.9 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>				
ICMS a recuperar	26.967	7.523		
Imposto de renda retido na fonte	6.497	2.874	798	233
PIS e COFINS a compensar	51.047	21.844	49	1.117
Imposto de renda e contribuição social antecipados	23.318	33.619		
ISS	564	280	232	
INSS	20	20		
Outros	7.720	4.476		
	<b>116.133</b>	<b>70.636</b>	<b>1.079</b>	<b>1.350</b>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a recuperar	37.784	15.777		
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Prejuízo fiscal - IRPJ	60.006			
Base negativa - CSLL	18.864			
Ajuste a valor presente de ativo financeiro	39.259			
Diferenças temporárias	2.823			
	<b>158.736</b>	<b>15.777</b>		
<b>Tributos a recuperar - total</b>	<b>274.869</b>	<b>86.413</b>	<b>1.079</b>	<b>1.350</b>

Considerando as expectativas de rentabilidade futura, o Grupo reconheceu em 31 de dezembro de 2013 impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa do exercício de 2013, conforme descrito na nota 4.33.

## 4.10 – Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	3.189	6.832
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	3.688	3.139
Outras despesas anecipadas	1.283	
	<b>9.985</b>	<b>11.796</b>
<b>Não circulante</b>		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	21.290	23.115
	<b>21.290</b>	<b>23.115</b>
	<b>31.275</b>	<b>34.911</b>

(a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit"

O contrato assinado entre a Companhia e terceiros constitui o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e, por conseguinte a locação do terminal à Companhia em caráter personalíssimo, sendo o referido Terminal construído para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

#### 4.10.1 - Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Circulante		
Concessão (a)	1.719	1.719
Arrendamento (b)	106	106
	<b>1.825</b>	<b>1.825</b>
Não Circulante		
Concessão (a)	1.065	1.338
Arrendamento (b)	20.225	21.777
	<b>21.290</b>	<b>23.115</b>

##### (a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

##### (b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável em longo prazo).

#### 4.10.2 - Prêmios de seguro pagos antecipadamente

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Responsabilidade civil geral		3.401
All Risks	2.624	2.422
Seguro de transporte	565	1.009
	<b>3.189</b>	<b>6.832</b>

Em 31 de dezembro de 2013, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

<b>Modalidade</b>	<b>Cia.</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Valores em milhares</b>
Responsabilidade Civil Geral	FCA	All Risk	R\$ 25.000
	VLI Multi	All Risk	R\$ 25.000
	FNS	All Risk	USD 50.000
Riscos Operacionais	FCA	All Risk	USD 200.000 (por ocorrência)
	FNS	All Risk	USD 200.000 (por ocorrência)
Transporte Internacional Importação	FCA	All Risk	USD 70.000
	VLI Multi	All Risk	USD 70.000
	FNS	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	FCA	All Risk	USD 100.000
	VLI Multi	All Risk	USD 100.000
	FNS	All Risk	USD 100.000

<b>Modalidade</b>	<b>Cia.</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Valores em milhares</b>
Transporte Nacional	FCA	All Risk	USD 10.000
	VLI Multi	All Risk	USD 10.000
	FNS	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional	FCA	All Risk	USD 60.000
	VLI Multi	All Risk	USD 60.000
	FNS	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	FCA	All Risk	USD 30.000
	VLI Multi	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	FCA	All Risk	R\$ 200.000
	FNS	All Risk	R\$ 200.000
Vida em Grupo	FCA	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
	FNS	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	FCA	Menores e aprendizes	R\$ 12
	FNS	Menores e aprendizes	R\$ 12
Acidentes pessoais	FCA	Trens turísticos da FCA	R\$ 10

#### 4.11 – Demais contas a receber

As demais contas a receber são compostas por:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>				
Adiantamento a empregados	16.731	15.308	546	455
Adiantamento a fornecedores	5.703	7.013	75	2.194
Outras contas	2.877	3.462	4	
	<b>25.311</b>	<b>25.783</b>	<b>625</b>	<b>2.649</b>
<b>Não circulante</b>				
Adiantamento a empregados		2.240		
Contas a receber de clientes	8.604			
	<b>8.604</b>	<b>2.240</b>		
	<b>33.915</b>	<b>28.023</b>	<b>625</b>	<b>2.649</b>

#### 4.12 – Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações contábeis individuais da VLI S.A de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foram propostos pela VOP, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

#### 4.13 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

Saldos dos depósitos e contingências:

	31/12/2013		Consolidado 31/12/2012	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	104.682	56.163	78.194	52.148
Cíveis (b)	21.462	17.804	16.681	17.577
Administrativa regulatória (c)				4.551
Sesi (d)			16.513	
Tributárias (e)	4.898	543	4.705	1.506
Ambientais (f)		1.816		1.670
	<b>131.042</b>	<b>76.326</b>	<b>116.093</b>	<b>77.452</b>

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos existentes ou originários da época das concessões, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá à compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da RFFSA, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

#### a) Trabalhistas

A FCA está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2013, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com os consultores jurídicos, totalizam R\$ 56.163 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 52.148). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA:

2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;

3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no polo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.

4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Polo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 53.493 (Em 31 de dezembro de 2012– R\$ 38.582), classificado na rubrica “Demais contas a receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

#### **b) Cíveis**

O Grupo é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 17.804 (Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 17.577).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

#### **c) Administrativa regulatória**

Em decorrência da Resolução 4131/13 a companhia reverteu a provisão constituída referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira). Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da provisão era de R\$ 4.551

#### **d) SESI**

A companhia aderiu o programa de recuperação fiscal - REFIS, em novembro 2013, visando extinguir os débitos com a Contribuição do SESI. Os depósitos judiciais foram utilizados para quitar partes dos valores devidos.

#### **e) Tributárias**

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 543 (Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.506).

#### **f) Ambientais**

A Companhia provisionou R\$ 1.816 (Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.670) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

#### **g) Contingências possíveis não provisionadas**

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.309.000 (Em 31 de dezembro de 2012 – aproximadamente R\$ 903.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido

montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Trabalhistas ( i )	596.000	304.000
Cíveis ( ii )	243.000	217.000
Previdenciário ( iii )	56.000	50.000
Tributárias ( iv )	381.000	304.000
Ambientais ( v )	33.000	28.000
	<b>1.309.000</b>	<b>903.000</b>

- i. **Trabalhistas:** tratam-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** tratam-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

A FNS possui ação de natureza trabalhista promovida por ex-empregado de empresa terceirizada, requerendo o pagamento de horas extras e diferenças salariais decorrentes de divergências existentes para funções idênticas, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2013 o montante estimado de contingência possível é de R\$ 1 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 169).

#### **h) Processos advindos da Ultrafertil antes da transferência do controle**

Em 1º de junho de 2012, na cisão parcial da Ultrafertil S/A, as provisões de passivos contingentes foram vertidos pelos respectivos valores contábeis à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A..

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafertil S/A pela TUF Empreendimentos e Participações S/A (Controlada indireta da VLI S.A), ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S/A detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S/A.

Em 31 de dezembro de 2013 não existiam passivos contingentes a serem registrados na Ultrafertil S.A.

## 4.14 – Investimentos

### (a) Informações sobre os investimentos

Os investimentos estavam assim constituídos:

	31/12/2013		
	Participação no Capital %	Patrimônio líquido ajustado	Participação no: Lucro líquido
			(Prejuízo) ajustado
VLI Operações Portuárias S.A. (VOP)	99,99%	164.575	13.561
VLI Multimodal S.A. (VLI Multi)	100,00%	3.964.566	312.836
VLI Participações S.A (VLI Par)	100,00%	1	
VLI Operações de Terminais S.A (VOT)	100,00%	1	

	31/12/2012		
	Participação no Capital %	Patrimônio líquido ajustado	Participação no: Lucro líquido
			(Prejuízo) ajustado
VLI Operações Portuárias S.A. (VOP)	99,99%	7.403	11.611
VLI Multimodal S.A. (VLI Multi)	100,00%	3.652.221	(117.584)
VLI Participações S.A (VLI Par)	100,00%	1	
VLI Operações de Terminais S.A (VOT)	100,00%	1	

### (b) Movimentação dos investimentos

	31/12/2013				
	VLI Multi	VOP	VOT	VLI Par	Controladora
Investimento inicial em dezembro de 2012	3.652.221	7.403	1	1	3.659.626
Resultado de equivalência patrimonial					
Aumento de capital		145.000			
Resultado das controladas	312.836	13.561			326.397
Dividendos propostos		(3.390)			(3.390)
Ajuste de avaliação patrimonial	(491)	2.001			1.510
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>3.964.566</u>	<u>164.575</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3.984.143</u>

	31/12/2012				
	VLI Multi	VOP	VOT	VLI Par	Controladora
Investimento inicial em dezembro de 2011	3.339.745		1	1	3.339.747
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	430.060				430.060
Resultado de equivalência patrimonial					
Resultado das controladas	(117.584)	11.610			(105.974)
Dividendos propostos		(2.759)			(2.759)
Ajuste de investimento		(4)			(4)
Provisão para perda de investimento		(1.444)			(1.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.652.221</u>	<u>7.403</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3.659.626</u>



### (c) Aquisição Ultrafertil

Em 21 de agosto de 2013, a VOP adquiriu 51% das ações ordinárias da Ultrafertil S.A. (“Ultrafertil”). A Ultrafertil, uma sociedade de capital fechado com sede em Cubatão, estado de São Paulo foi fundada em 14 de maio de 2012 e tem por objeto social a atividade de a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no Município de Santos, São Paulo, as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A aquisição ocorreu através de sua controlada TUF Empreendimentos e Participações S.A.. (“TUF”), e teve como objetivo a ampliação do segmento de negócios de terminais portuários.

A companhia desembolsou aproximadamente R\$ 274.056 mil referente a esta aquisição

O valor do acervo líquido da controlada Ultrafertil, avaliado na data-base de 30 de junho de 2013, foi de R\$ 278.610 e é composto como segue:

Em milhares de Reais		30/06/2013
<b>Ativo</b>		
Circulante		90.283
Não circulante		188.327
Total do ativo		<u>278.610</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
Circulante		18.704
Não circulante		42.891
Patrimônio líquido		217.015
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>278.610</u>

### 4.15 – Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Consolidado	
					31/12/13	31/12/12
					Líquido	Líquido
<b>Bens em operação</b>						
Imóveis	25 a 40 anos	2,92%	89.808	(3.293)	86.515	22.795
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	21.540	(2.218)	19.322	3.646
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	8,96%	199.475	(46.347)	153.128	51.047
Veículos	3 a 5 anos	21,45%	15.409	(4.458)	10.951	7.871
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	16.356	(5.084)	11.272	6.703
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	32.580	(20.819)	11.761	13.822
Locomotivas	12,5 a 25 anos	5,57%	1.033.293	(273.726)	759.567	359.180
Vagões	33,3 anos	3,00%	947.525	(362.745)	584.780	470.240
Outros ativos	10 anos	10,00%	51.529	(2.448)	49.081	8.126
			<u>2.407.515</u>	<u>(721.138)</u>	<u>1.686.377</u>	<u>943.430</u>
Terrenos			18.452		18.452	4.982
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			32.797		32.797	63.313
Provisão para baixa de ativo			(624)		(624)	(318)
Benfeitorias em curso			290.417		290.417	104.824
			<u>341.042</u>		<u>341.042</u>	<u>172.801</u>
			<u>2.748.557</u>	<u>(721.138)</u>	<u>2.027.419</u>	<u>1.116.231</u>

	Controladora					
					31/12/13	31/12/12
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Bens em operação</b>						
Outros ativos	10 anos	10,00%	17.398	(798)	16.600	
			17.398	(798)	16.600	
Terrenos			5.938		5.938	
Adiantamento a fornecedores de imobilizado					-	858
Benfeitorias em curso			1.005		1.005	5.938
			6.943		6.943	6.796
			<b>24.341</b>	<b>(798)</b>	<b>23.543</b>	<b>6.796</b>

A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 31.921 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 35.242).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2013 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo						Consolidado
	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/13
Imóveis	23.484	56.033		8.507	1.784	89.808
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5.429			16.056	55	21.540
Equipamentos autônomos	89.364	101.399	(7.024)	4.686	11.050	199.475
Veículos	10.121	216	(40)	310	4.802	15.409
Bens administrativos/auxiliares	10.460	63	(129)	71	5.891	16.356
Equipamentos e aplicativos de informática	29.956	53	(2)		2.493	32.580
Locomotivas	598.416		(3.869)	382.388	56.358	1.033.293
Vagões	810.486	176	(2.436)	135.190	4.109	947.525
Provisão para descomissionamento		6.734				-
Outros ativos	8.411			17.398	25.720	51.529
	<b>1.586.127</b>	<b>164.674</b>	<b>(20.234)</b>	<b>564.686</b>	<b>112.262</b>	<b>2.407.515</b>
Terrenos	4.982	79		13.391		18.452
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	63.313	51.910	(82.426)			32.797
Provisão para baixa de ativo	(318)					(624)
Benfeitorias em curso	104.824	746.272		(578.077)	17.398	290.417
	<b>172.801</b>	<b>797.955</b>	<b>(82.426)</b>	<b>(564.686)</b>	<b>17.398</b>	<b>341.042</b>
	<b>1.758.928</b>	<b>962.629</b>	<b>(102.660)</b>	<b>(564.686)</b>	<b>129.660</b>	<b>2.748.557</b>



## 4.16 – Intangível

	Consolidado					
			31/12/13	31/12/12		
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	12,8 anos	4,7%	43.169	(17.075)	26.094	28.142
Direitos de Subconcessão	24,3 anos	3,66%	1.776.431	(243.786)	1.532.645	1.596.505
Softwares adquiridos	5 anos	20%	9.237	(8.203)	1.034	867
Ágio Ultrafértil (i)			320.350	(4.389)	315.961	
Direito contratual (ii)			732.629	(732.629)	-	
Direito contratual (iii)	5 anos	20%	37.000	(16.667)	20.333	27.725
Direito contratual (iv)			70.353	(70.353)	-	
			<b>2.989.169</b>	<b>(1.093.102)</b>	<b>1.896.067</b>	<b>1.653.239</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>						
Terrenos			15		15	
Imóveis	12,8 anos	2,58%	159.064	(20.465)	138.599	94.565
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	12,8 anos	5,0%	31.163	(6.764)	24.399	18.995
Equipamentos autônomos	5 a 12,8 anos	9,32%	11.724	(6.622)	5.102	5.309
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)		
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.323	(384)	2.939	3.269
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.878	(3.416)	3.462	4.838
Locomotivas	12,5 a 12,8 anos	7,46%	177.200	(116.689)	60.511	55.844
Vagões	12,8 anos	3,00%	240.422	(62.188)	178.234	60.226
Via permanente	10 a 12,8 anos	4,25%	2.354.394	(634.343)	1.720.051	1.549.793
Outros ativos	10 anos	10%	-	-		63
			<b>2.984.202</b>	<b>(850.890)</b>	<b>2.133.312</b>	<b>1.792.902</b>
Benfeitorias em curso			342.136		342.136	367.643
			<b>6.315.507</b>	<b>(1.943.992)</b>	<b>4.371.515</b>	<b>3.813.784</b>

	Controladora				
			31/12/13	31/12/12	
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Líquido	Líquido
Benfeitorias em curso			5.510	5.510	11.175
			<b>5.510</b>	<b>5.510</b>	<b>11.175</b>

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483/2007.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A FCA registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.

O direito de subconcessão da FNS está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na nota 4.1 acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente.

A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

**(i) Àgio proveniente da Concessão do porto da Ultraférti**

Em Agosto 2013, a controlada TUF Empreendimentos adquiriu 100% das ações ordinárias emitidas pela Ultraférti que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S.A.. Quando desta aquisição de investimentos a TUF Empreendimentos registou, em seu balanço patrimonial, ágio em decorrência do custo de aquisição. O ágio ou mais valia reconhecidos como custo de aquisição foi constituído com base nos fundamentos econômicos de rentabilidade futura do terminal portuário - TIPLAM.

Nesta operação a mais-valia representa a diferença positiva entre o valor pago pela aquisição da participação societária relevante e influente e o montante líquido do valor patrimonial da controlada adquirida.

**(ii) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A.**

A Companhia adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória- Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

O valor do direito de opção de reserva de capacidade é calculado com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para os quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte.

A vigência deste direito contratual esta vinculada à concessão ferroviária celebrada entre o Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

**(iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log. in Intermodal S.A.**

Direito Contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

**(iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A**

Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal é empresa controlada pela Vale, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Graneis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

O intangível em curso é resultante dos investimentos correntes e de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/13</b>	<b>31/12/12</b>
Construção e ampliação de pátios e terminais	29.508	32.560
Aquisição e modernização de material rodante	28.709	54.716
Instalações administrativas e de apoio	9.391	16.508
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	32.257	31.477
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	17.001	15.708
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	2.921	3.619
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	10.717	10.517
Trens turísticos - melhorias	924	1.320
Porto Norte	10.000	10.000
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	200.708	191.218
	<b>342.136</b>	<b>367.643</b>

  

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/13</b>	<b>31/12/12</b>
Adequações Sede Administrativa VLI	5.510	11.087
Infraestrutura de Telecomunicação VLI		88
	<b>5.510</b>	<b>11.175</b>

O intangível no período findo em 31 de dezembro de 2013 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível - custo					<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/12</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Transferências entre imobilizado e intangível</b>	<b>31/12/13</b>
Direitos de concessão	43.169				43.169
Direitos de Subconcessão	1.776.431	-	-	-	1.776.431
Softwares adquiridos	8.763	120	354	-	9.237
Ágio Ultrafêtil	-	320.350	-	-	320.350
Direito contratual (i)	391.186	341.443	-	-	732.629
Direito contratual (ii)	37.000	-	-	-	37.000
Direito contratual (iii)	14.863	55.490	-	-	70.353
	<b>2.271.412</b>	<b>717.403</b>	<b>354</b>		<b>2.989.169</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>					
Terrenos			-	15	15
Imóveis	111.267		49.596	(1.799)	159.064
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	24.368		6.850	(55)	31.163
Equipamentos autônomos	11.055		11.141	(10.472)	11.724
Veículos	19		4.802	(4.802)	19
Bens administrativos/auxiliares	3.323		5.891	(5.891)	3.323
Equipamentos e aplicativos de informática	6.878		2.493	(2.493)	6.878
Locomotivas	165.524		68.034	(56.358)	177.200
Vagões	119.173		125.358	(4.109)	240.422
Via permanente	2.041.302		313.670	(578)	2.354.394
Outros Ativos	63		25.657	(25.720)	
	<b>2.482.972</b>		<b>613.492</b>	<b>(112.262)</b>	<b>2.984.202</b>
Benfeitorias em curso	367.643	605.737	(613.846)	(17.398)	342.136
	<b>5.122.027</b>	<b>1.323.140</b>		<b>(129.660)</b>	<b>6.315.507</b>

  

Intangível - custo					<b>Controladora</b>
	<b>31/12/12</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências entre imobilizado e intangível</b>		<b>31/12/13</b>
Intangível em curso	11.175	11.733	(17.398)		5.510
	<b>11.175</b>	<b>11.733</b>	<b>(17.398)</b>		<b>5.510</b>

<b>Intangível - amortização</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/12</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/13</b>
Direitos de concessão	(15.027)	(2.048)	(17.075)
Direitos de Subconcessão	(179.926)	(63.860)	(243.786)
Direito contratual (i)	(391.186)	(341.443)	(732.629)
Direito contratual (ii)	(9.275)	(7.392)	(16.667)
Direito contratual (iii)	(14.863)	(55.490)	(70.353)
Softwares adquiridos	(7.896)	(307)	(8.203)
Ágio Ultrafértil		(4.389)	(4.389)
Imóveis	(16.702)	(3.763)	(20.465)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(5.373)	(1.391)	(6.764)
Equipamentos autônomos	(5.746)	(876)	(6.622)
Veículos	(19)		(19)
Bens administrativos/auxiliares	(54)	(330)	(384)
Equipamentos e aplicativos de informática	(2.040)	(1.376)	(3.416)
Locomotivas	(109.680)	(7.009)	(116.689)
Vagões	(58.947)	(3.241)	(62.188)
Via permanente	(491.509)	(142.834)	(634.343)
	<b>(1.308.243)</b>	<b>(635.749)</b>	<b>(1.943.992)</b>

#### 4.17 – Fornecedores - terceiros

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Mercado interno	174.481	151.995	9.235	4.349
Mercado externo	334	4.353		85
	<b>174.815</b>	<b>156.348</b>	<b>9.235</b>	<b>4.434</b>

#### 4.18 – Empréstimos e financiamentos

a) Por instituição financeira:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>	
Banco do Brasil	482
BNDES	93
	<b>575</b>
<b>Não circulante</b>	
Banco do Brasil	90.989
BNDES	90.989
	<b>181.978</b>

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2013</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	
Ingressos de empréstimos e financiamentos	
Banco do Brasil	90.989
BNDES	90.989
Encargos provisionados	
BNDES	93
Banco do Brasil	482
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>182.553</u>

c) As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2013 tem vencimento nos seguintes anos:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2013</u>
2016	23.830
2017	25.997
2018	25.997
2019	25.997
2020 em diante	80.157
	<u>181.978</u>

d) Em 31 de dezembro de 2013, as taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo eram como segue:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2013</u>
Até 3%	181.978
	<u>181.978</u>

Os empréstimos do Banco do Brasil e BNDES que compõe os saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 são garantidos pelo sócio controlador Vale S.A. Estes empréstimos tem carência para pagamento das parcelas de principal até 2016. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

O saldo contábil de empréstimos e financiamentos é bastante similar ao valor justo, já que o risco de crédito da Companhia não mudou significativamente.

#### 4.19 – Obrigações fiscais

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	29.398	5.934		
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	10.929	8.384	4	8
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	6.124	3.981	2.110	1.202
PIS, COFINS	22.696	9.859	292	
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	207	207		
ISS (Imposto s/ Serviços)	4.013	3.630	84	27
	<u>73.367</u>	<u>31.995</u>	<u>2.490</u>	<u>1.237</u>



## 4.20 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários e encargos	24.863	25.640	3.461	5.113
Provisão para férias	23.815	20.322	4.751	4.781
Benefícios trabalhistas	18.021	16.464	7.565	2.545
Participação nos resultados	76.683	33.306	20.804	7.566
Outros	594	19	-	
	<b>143.976</b>	<b>95.751</b>	<b>36.581</b>	<b>20.005</b>

## 4.21 – Arrendamentos, concessões e subconcessão a pagar

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>		
Poder Concedente - União		
Concessão (a)	1.846	1.748
Arrendamento (b)	35.075	33.207
	<b>36.921</b>	<b>34.955</b>
Ferrovias Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Concessão (c)	150	142
Arrendamento (d)	2.844	2.690
	<b>2.994</b>	<b>2.832</b>
	<b>39.915</b>	<b>37.787</b>
<b>Não circulante</b>		
Valec		
Subconcessão a pagar (e)	140.485	132.782
	<b>140.485</b>	<b>132.782</b>
	<b>180.400</b>	<b>170.569</b>

### (a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676, calculado está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 63 (sessenta e três) parcelas, sendo a 63ª parcela paga no valor de R\$ 1.846.

### (b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 63 (sessenta e três) parcelas, sendo a 63ª parcela paga no valor de R\$ 35.075.

### (c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335

está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2013, foram pagas 53 (cinquenta e três) parcelas, sendo a 53ª parcela paga no valor de R\$ 449.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de setembro de 2013, foram pagas 53 (cinquenta e três) parcelas, sendo a 53ª parcela paga no valor de R\$ 8.533.

(e) Subconcessão a pagar

A FNS celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec – Engenharia Construções e Ferrovias S/A, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada à liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado dessa parcela de 20% em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 136.598 (em 31 de dezembro de 2012 R\$132.782).

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

## 4.22 – Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Seguro Responsabilidade Civil	408	3.934		3.934
Provisão para franquia de seguro	24.000			
Provisão para auto de infração	364			
Outros operacionais		100	100	100
	<b>24.772</b>	<b>4.034</b>	<b>100</b>	<b>4.034</b>

## 4.23 – Adiantamento de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes da FCA e VLI Multimodal que em 31 de dezembro de 2013 somavam R\$ 7.908 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 27.131). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

## 4.24 – Dividendos propostos

Os dividendos apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas de 2013 foram propostos pela FNS e Ultrafertil S.A, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. O valor demonstrado na rubrica dividendos propostos no valor de R\$ 5.603, será distribuído da seguinte forma; R\$ 3.758 a ser pago à participação da controladora Vale S.A (20,88%) na FNS e R\$ 1.845 à participação da Vale Fertilizantes S.A (49%) na TUF Empreendimentos e Participações S.A.

## 4.25 – Demais contas a pagar

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Pêra Ferroviária (a)		1.990
Outros passivos circulantes	4.426	2.055
	<b>6.223</b>	<b>5.842</b>
<b>Não circulante</b>		
Pêra Ferroviária (a)		15.918
Outros	206	
	<b>206</b>	<b>15.918</b>
	<b>6.429</b>	<b>21.760</b>

(a) Refere-se ao Instrumento particular de promessa de compra e venda de imóveis e outras avenças, constituindo a aquisição de imóveis para construção de Pêra Ferroviária na localidade de Pirapora.

A Companhia pagará em 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, no valor de R\$ 1.768, acrescidos de juros remuneratórios. A primeira parcela vencendo em 15 de março de 2012 e as demais no dia 15 de março dos anos subsequentes.

As parcelas serão atualizadas monetariamente com base na variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV").

Em outubro de 2013 a Companhia decidiu pela antecipação e efetuou o pagamento integral da dívida.

## 4.26 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

## 4.27 – Receitas diferidas

Referem-se às receitas antecipadas de aluguel da malha centro-leste, FCA, para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação e a Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície, e estão sendo apropriadas mensalmente ao resultado pelo período total do contrato celebrado entre as partes.

## 4.28 – Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 09 de agosto de 2013, a AGE homologou a proposta da Diretoria para aumento do capital social em R\$ 1.715.200, mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs, realizados pela Vale S.A entre 01/01/2012 e 20/07/2013, passando o capital social de R\$ 4.123.358 para R\$ 5.838.558, mediante a emissão de 1.954.007.440 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

<u>Data/Evento</u>	<u>R\$ (000)</u>	<u>Quantidade de Ações Ordinárias</u>
09/08/2010 subscrição e integralização Vale S.A.	1	999
09/08/2010 subscrição e integralização Docepar S.A.		1
21/12/2010 subscrição e integralização Vale S.A.	1.691.250	1.691.249.891
28/12/2010 subscrição e integralização Vale S.A.	1.786.761	1.786.761.342
<b>Capital Social em 31/12/2010</b>	<b>3.478.012</b>	<b>3.478.012.233</b>
30/11/2011 subscrição e integralização Vale S.A.	171.156	177.747.987
<b>Capital Social em 31/12/2011</b>	<b>3.649.168</b>	<b>3.655.760.220</b>
05/07/2012 subscrição e integralização Vale S.A.	474.190	514.318.508
<b>Capital Social em 31/12/2012</b>	<b>4.123.358</b>	<b>4.170.078.728</b>
09/08/2013 subscrição e integralização Vale S.A.	1.715.200	1.954.007.440
<b>Capital Social em 31/12/2013</b>	<b>5.838.558</b>	<b>6.124.086.168</b>

### b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

## c) Prejuízo por ação

### Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2013</u>
<b>Cálculo da média ponderada para 2013</b> (4.170.078.729 x 7/12) + (6.124.086.168 x 5/12)	4.984.248.495
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>293.561</b>
Ações em 31 de dezembro de 2013	4.984.248.495
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	58,90
	<u>Controladora</u> <u>31/12/2012</u>
<b>Cálculo da média ponderada para 2012</b> (4.170.078.729 x 6/12) + (3.655.760.222 x 6/12)	3.912.919.475
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(126.034)</b>
Ações em 31 de dezembro de 2012	3.912.919.475
Prejuízo básico e diluído por lote de mil de ações R\$	(32,21)

## 4.29 – Receita de serviços prestados

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Receita Bruta</b>		
Receita de transporte ferroviário	2.210.161	2.053.184
Receita de utilização de pátios	3.243	2.108
Receita de estadia de vagões	24.945	24.557
Receita de aluguel de locomotivas	2.301	11.293
Receita de partilha de frete	6.820	91.629
Receita de serviços portuários	596.036	219.324
Receita de outros serviços	252.073	159.306
<b>Total Receita Bruta</b>	<b><u>3.095.579</u></b>	<b><u>2.561.401</u></b>
<b>Impostos sobre serviços</b>		
ISS	(23.617)	(10.062)
ICMS	(159.885)	(145.095)
PIS	(47.820)	(41.587)
COFINS	(234.936)	(194.340)
<b>Total impostos sobre serviços</b>	<b><u>(466.258)</u></b>	<b><u>(391.084)</u></b>
<b>Devoluções</b>		
Devoluções de vendas	(36)	(35)
	<b><u>(36)</u></b>	<b><u>(35)</u></b>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>2.629.285</u></b>	<b><u>2.170.282</u></b>

### 4.30 – Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(302.791)	(250.739)
Encargos sociais	(65.779)	(66.181)
Material	(79.495)	(78.442)
Combustíveis	(295.525)	(244.828)
Serviços contratados	(703.576)	(543.493)
Partilha de frete	(169.827)	(145.518)
Tributos	(359)	(4)
Outros	(15.416)	(15.709)
Depreciação e amortização	(719.333)	(578.722)
Despesas de arrendamento e concessão	(166.630)	(169.265)
	<b>(2.518.731)</b>	<b>(2.092.901)</b>

### 4.31 – Receitas (despesas) operacionais

#### a) Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(44.402)	(34.506)	(39.592)	(32.289)
Encargos sociais	(10.081)	(10.591)	(9.803)	(10.290)
Combustíveis	(36)			
Material	(49)	(64)	(45)	(40)
Serviços contratados	(47.116)	(43.073)	(42.721)	(41.763)
Tributos	(191)	(4)	(62)	
Outras	(1.354)	(4.410)	(845)	(3.343)
Depreciação	(5.254)	(5.949)		
	<b>(108.483)</b>	<b>(98.597)</b>	<b>(93.068)</b>	<b>(87.729)</b>

#### b) Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(15.550)	(13.855)	(15.469)	(13.806)
Encargos sociais	(4.659)	(4.273)	(4.640)	(4.273)
Material	(297)	(551)	(297)	(551)
Serviços contratados	(7.046)	(8.828)	(6.947)	(8.810)
Tributos		(11)		(11)
Outras	(248)	(790)	(247)	(766)
Depreciação	(822)		(798)	
	<b>(28.622)</b>	<b>(28.308)</b>	<b>(28.398)</b>	<b>(28.217)</b>

#### c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Venda de materiais	7.783	10.984		
Venda de ativos	2.997	3.037		
Recuperação de despesas	27.043	11.893	139.813	116.836
Trem Turístico	4.685	4.040		
Travessias	3.709	2.554		
Multas contratuais	25.837	51.424		
Multa contratual - Valec	99.275			
Aluguéis	4.563	4.111	3.640	3.095
Serviços prestados	90	14		
Processos trabalhistas	12.260	13.696		
Provisão para contingências		474		
Outros	7.200	1.350	2.860	54
	<b>195.442</b>	<b>103.577</b>	<b>146.313</b>	<b>119.985</b>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Tributárias	(18.216)	(15.365)	(600)	(286)
Baixa de Ativos	(2.730)	(4.090)		
Estoques	(317)	(2.603)		
Ajuste de estoque	(176)	(175)		
Participação no resultado	(28.915)	(17.033)	(24.126)	(13.841)
Desvalorização de estoque		(1.493)		
Perda de recebíveis	(6.771)	(2.292)		
Outros gastos c/pessoal		(491)		
Pesquisa e desenvolvimento	(70.430)	(23.875)	(24.692)	(10.663)
Multas contratuais	(8.003)	(969)		
Trem Turístico	(3.340)	(3.096)		
Outras operacionais	(14.692)	(7.304)	(4.330)	(13)
Franquia de seguros sobre acidentes	(24.000)			
Processos Jurídico Judiciais	(49.819)	(55.548)		
Indenizações	(20.496)	(7.831)		
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(7.807)	(11.488)	(1.256)	
Provisão para contingências	884	12.135		
Provisão para passivos ambientais	(1.302)	(3.509)		
	<b>(256.130)</b>	<b>(145.027)</b>	<b>(55.004)</b>	<b>(24.803)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(60.688)</b>	<b>(41.450)</b>	<b>91.309</b>	<b>95.182</b>

#### 4.32 – Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação mercado financeiro	19.560	10.153	2.869	782
Juros, taxa e multas de mora	8.601	2.532	29	10
Outras receitas financeiras	5.569	251	132	
	<b>33.730</b>	<b>12.936</b>	<b>3.030</b>	<b>792</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Despesas com IOF	(5.897)	(1.385)	(5.095)	(34)
Despesa de carta de fiança		(2.512)		
Encargos sobre empréstimo e financiamento	(17.086)		(12.162)	
Desconto concedido		(38)		
Juros sobre adiantamentos de clientes	(2.398)	(7.011)		
Ajuste a valor presente de ativo por venda de créditos tributários	(115.471)			
Juros, taxas e multas	(77.060)	(2.080)	(123)	(54)
Outras despesas financeiras	(87)	(390)		
	<b>(217.999)</b>	<b>(13.416)</b>	<b>(17.380)</b>	<b>(88)</b>
<b>Receitas(despesas) com variação monetária e cambial</b>	<b>50.930</b>	<b>(3.719)</b>	<b>14</b>	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(133.339)</b>	<b>(4.199)</b>	<b>(14.336)</b>	<b>704</b>

#### 4.33 – Imposto de renda e contribuição social

##### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As empresas do Grupo VLI (FCA e Ultrafertil) efetuam o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos e dos não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	8.064	6.066
Provisão para contingências	19.082	19.363
Outras provisões	8.643	2.733
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	28.868	
Prejuízo fiscal	76.891	371.987
	<b>141.548</b>	<b>400.149</b>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.903	2.184
Provisão para contingências	6.869	6.971
Outras provisões	3.112	984
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	10.392	
Base negativa	25.262	134.549
	<b>48.538</b>	<b>144.688</b>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(190.086)</b>	<b>(544.838)</b>
Prejuízo fiscal para imposto de renda	307.565	1.487.949
Base negativa da contribuição social	280.684	1.494.993

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A expectativa de realização dos créditos dos tributos diferidos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
a ser recuperado em até 12 meses	1.781	
a ser recuperado depois de 12 meses	116.349	
	<b>118.130</b>	



## (b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstrados como segue:

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	(220.578)	(220.578)	(95.173)	(95.173)	281.904	281.904	(126.034)	(126.034)
Participação de não controladores	4.388	4.388	4.611	4.611				
Adições (exclusões) permanentes:								
Multas não dedutíveis	3.508	3.508	135	135			3	3
Despesas não dedutíveis	6.865	6.865			5	5		
Despesas financeiras	60.668	60.668						
Equivalência patrimonial					(326.397)	(326.397)	105.974	105.974
Outras	(139)	59	2.133	2.133				
Adições (exclusões) temporárias:								
Constituição (Reversão) de provisão para contingências, líquida	19.771	19.771	(22.173)	(22.173)	(3.934)	(3.934)		
Constituição (reversão) de provisão para perdas com ICMS, líquida	(585)	(585)	(1.898)	(1.898)				
Constituição (reversão) de provisão para perdas de materiais, líquida	785	785	452	452				
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	51.213	31.068	(34.619)	(34.619)	13.238	13.238		(6.180)
Constituição de provisão fundo de pensão	869	869						
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	7.993	7.993	11.521	11.521	1.255	1.255		
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	115.471	115.471						
Prejuízo fiscal e base negativa de subsidiárias nas quais o crédito tributário não é registrado	242.691	242.691	247.004	246.990				
Base de cálculo	292.920	272.973	111.993	111.979	(33.929)	(33.929)	(20.057)	(26.237)
Compensação de prejuízos fiscais	(24.880)	(51.337)		(28.334)				
Lucro real após prejuízo fiscal	268.040	221.636	111.993	83.645				
Incentivos fiscais	(16.975)							
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(49.939)	(19.947)	(27.944)	(7.528)				
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(49.939)	(19.947)	(27.944)	(7.528)				

### **(c) Incentivos fiscais – subvenção para investimentos**

A FNS goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral executados no Estado do Maranhão. No presente exercício foi apurado lucro operacional nas atividades exercidas no Estado do Maranhão. O Incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018. O valor relativo ao ano de 2013 foi de R\$ 16.975.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembléia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

### **4.34 – Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica**

No âmbito da controladora final, Vale S.A., as operações desenvolvidas pelas empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em um único segmento operacional denominado “Serviços de Logística”. No caso das demonstrações contábeis consolidadas do Grupo VLI, a administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Administração da Companhia.

Considerando a atual estrutura do Grupo, a Diretoria efetua sua análise do negócio, representado pela prestação de serviços de transporte de carga, sob a perspectiva geográfica, e com base em seus ativos.

As informações por segmento de negócios, e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram as seguintes:

	<b>Ferrovia Centro-Atlântica</b>		<b>Ferrovia Norte Sul</b>		<b>VLI Multimodal</b>		<b>VLI Operações Portuárias</b>		<b>Ultrafertil S.A</b>	
	<b>Malha Centro-Leste</b>		<b>Malha Norte</b>		<b>Ferrovário/Portuário</b>		<b>Portuário</b>		<b>Portuário</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Ativos</b>										
Contas a receber de clientes	39.261	57.329	21.816	4.399	122.115	149.116	3.149	3.176	3.193	
Partes relacionadas	159.367	69.050	1.675	358	44.146	36.384	1.582	1.389	6.072	
Caixa e equivalentes de caixa	<b>15.619</b>	<b>159.817</b>	<b>17.829</b>	<b>44.583</b>	<b>36.211</b>	<b>104.629</b>	<b>8.114</b>	<b>37.186</b>	<b>46.368</b>	
Caixa e bancos	9.256	92.414	311	37	3.799	2.315	133	15	1.654	
CDB's	6.363	67.403	17.518	44.546	32.412	102.314	7.981	37.171	44.714	
Imobilizado	812.588	639.537	189.130	121.536	798.174	348.362			203.984	
Intangível	2.324.205	2.068.817	1.695.398	1.696.067	20.333	27.725			108	
<b>Passivos</b>										
Fornecedores	100.469	94.329	14.597	16.721	37.784	35.994	5.235	3.704	7.707	
Partes relacionadas	14.113	23.533	13.327	10.629	235.685	44.992	125.594	31.778	2.135	
Empréstimos e financiamentos					182.553					
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.140.333	1.553.165	35120		1.820.279	1.239.299	5.045	5.045		
Subconcessão a pagar			140.713	132.782						
<b>RESULTADO</b>										
Receita (prejuízo) líquida dos serviços prestados	<b>1.276.263</b>	<b>1.113.378</b>	<b>193.972</b>	<b>154.056</b>	<b>1.712.802</b>	<b>1.313.770</b>	<b>96.338</b>	<b>90.043</b>	<b>116.324</b>	
Custos e despesas	(1.180.088)	(947.830)	(8.630)	(101.520)	(866.649)	(970.867)	(80.849)	(74.309)	(51.492)	
Depreciação e amortização	(214.700)	(160.310)	(71.872)	(69.065)	(514.017)	(428.902)			(15.680)	
Despesas de arrendamento e concessão	(166.630)	(169.265)								
<b>Margem Bruta</b>	<b>(285.155)</b>	<b>(164.028)</b>	<b>113.470</b>	<b>(16.529)</b>	<b>332.136</b>	<b>(85.999)</b>	<b>15.489</b>	<b>15.734</b>	<b>49.152</b>	
<b>Resultado financeiro</b>	(163.431)	878	31.763	(5.548)	8.310	(2.047)	22	1.811	5.642	
Imposto de renda e contribuição social	605.035		(42.135)		(27.611)	(29.538)	(1.950)	(5.934)	(21.517)	
Incentivo fiscal			16.975							
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>156.449</b>	<b>(163.150)</b>	<b>120.073</b>	<b>(22.077)</b>	<b>312.835</b>	<b>(117.584)</b>	<b>13.561</b>	<b>11.611</b>	<b>33.277</b>	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>156.449</b>	<b>(163.150)</b>	<b>120.073</b>	<b>(22.077)</b>	<b>312.835</b>	<b>(117.584)</b>	<b>13.561</b>	<b>11.611</b>	<b>33.277</b>	

#### **4.35 – Previdência complementar**

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade complementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

A Ultrafertil, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social – PETROS, mantém plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Em outubro de 2011, foi implementado um novo plano de previdência complementar (Plano Vale Mais) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano PETROS. Em 31 de dezembro de 2013 8 empregados estavam vinculados ao plano.

##### **Plano de Benefício**

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, 5.146 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2012 – 4.805).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas relacionadas ao plano de contribuição definida Vale Mais no período findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 7.513 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 3.722).

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado - Vale Mais		Consolidado- Planos de Assistência Médica		Consolidado- FGTS		Consolidado- Plano Petros		Controladora- Vale Mais	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>A. Reconciliação da obrigação de benefício definido</b>										
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	465.331	269.792	5.390.000	3.899.000	448.507	529.000	5.874.994	3.739.000		
2. Custo do serviço										
a. Custo do serviço corrente	61.931	31.441	442.000	254.004	17.000	20.320	150.000	80.171		
3. Custo dos juros	41.969	28.536	518.000	423.561	33.000	57.555	515.000	405.510		
4. Fluxos de caixa										
a. Benefício pago pelo plano	(77)	(61)					(54.000)			
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	323	(21.000)	(15.732)	(43.000)	(180.653)				
d. Contribuição de participante							92.000	72.659		
5. Outros eventos significativos										
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	5.280.000	-								5.280.000
6. Redimensionamento da obrigação										
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	(1.822.000)							
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(578.889)	106.074	(2.583.000)	688.988	(34.000)	35.525	(2.533.000)	1.718.698		
c. Efeito da experiência do plano		28.988	690.000	139.693	(67.000)	(13.240)	1.295.000	(141.044)		
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	7.249.857	465.093	2.614.000	5.389.514	354.507	448.507	5.339.994	5.874.994	5.280.000	-
<b>B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano</b>										
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	104.568	4.310					5.324.349	4.302.000		
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	15.583	501					473.972	473.972		
3. Fluxos de caixa										
a. Desembolso total da empresa										
i. Contribuição paga pela empresa	134.674	91.727					128.000	115.520		
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos diretamente pela empresa			21.000	15.732	43.000	180.653				
b. Contribuição de participante							92.000	72.659		
c. Benefício pago pelo plano	(22.077)	(61)					(54.000)			
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-	(21.000)	(15.732)	(43.000)	(180.653)				
4. Outros eventos significativos										
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	3.213.000	-								3.213.000
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano										
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	1.471.846	8.091					(1.046.000)	360.198		
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	4.917.594	104.568	-	-	-	-	4.918.321	5.324.349	3.213.000	-
<b>C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa</b>										
1. Obrigação de benefício definido	7.249.857	465.093	2.614.000	5.389.514	354.507	448.507	5.339.994	5.874.994	5.280.000	-
2. Valor justo do ativo do plano	4.917.594	104.568	-	-	-	-	4.918.321	5.324.349	3.213.000	-
3. Situação financeira do plano	2.332.263	360.525	2.614.000	5.389.514	354.507	448.507	421.673	550.645	2.067.000	-
5. Passivo / (Ativo) líquido	2.332.263	360.525	2.614.000	5.389.514	354.507	448.507	421.673	550.645	2.067.000	-
<b>D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido</b>										
1. Custo do serviço										
a. Custo do serviço corrente	61.972	31.441	442.000	254.004	17.000	20.320	150.000	80.171		
d. Custo total do serviço	61.972	31.441	442.000	254.004	17.000	20.320	150.000	80.171		
2. Custo líquido dos juros										
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	41.992	28.536	518.000	423.561	33.000	57.555	515.000	405.510		
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(15.594)	(501)					(473.972)	(473.972)		
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso		171						61.254		
e. Custo líquido total dos juros	26.398	28.206	518.000	423.561	33.000	57.555	41.028	(7.208)		
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	88.370	59.647	960.000	677.565	50.000	77.875	191.028	72.963		
6. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")										
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	(1.822.000)	-	-	-	-	-		
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(579.302)	106.397	(2.583.000)	688.988	(34.000)	35.525	(2.533.000)	1.718.698		
c. Efeito da experiência do plano		28.988	690.000	139.693	(67.000)	(13.240)	1.295.000	(141.044)		
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	(1.471.832)	(8.091)					1.046.000	(360.198)		
f. Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)		(1.689)						(624.254)		
g. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(71.497)	125.605	(3.715.000)	828.681	(101.000)	22.285	(192.000)	593.202		
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	16.873	185.252	(2.755.000)	1.506.246	(51.000)	100.160	(972)	666.165		
<b>E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido</b>										
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	360.526	267.001	5.389.514	5.389.514	448.507	529.000	550.645			
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	88.369	59.647	960.000	677.565	50.000	77.875	191.000	72.963		
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(71.497)	125.605	(3.714.000)	828.681	(101.000)	22.285	(192.000)	593.202		
4. Outros eventos significativos										
a. Transferência líquida entrada / (saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão / alienação)	2.084.000	-								2.084.000
5. Fluxos de caixa										
a. Contribuição paga pela empresa	(134.745)	(91.727)		(180.653)	(43.000)	(180.653)	(128.000)	(115.520)		
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa			(21.000)	(15.732)	-	-	-	-		
8. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	2.326.653	360.526	2.614.514	6.699.375	354.507	448.507	421.645	550.645	2.084.000	-

O Grupo não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

O Grupo é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

## Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram adotadas as seguintes premissas atuariais e econômicas:

Principais premissas atuariais	FCA		FNS		Ultra Fértil- Vale mais		Ultra Fértil- Assist. Médica		Ultra Fértil- Petros		Ultra Fértil- FGTS		VLI S.A
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
<b>Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido</b>													
1. Taxa nominal de desconto	12,68%	9,72%	12,36%	9,20%	12,36%	9,20%	12,57%	9,62%	12,46%	8,78%	12,46%	8,78%	12,36%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	9,18%	8,15%	9,18%	8,15%	9,18%	7,10%	N/A	N/A	8,12%	7,10%	8,12%	7,10%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%	5,00%	6,00%
<b>Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido</b>													
1. Taxa nominal de desconto	9,72%	11,30%	9,20%	11,30%	9,20%	10,88%	9,62%	10,88%	8,78%	10,88%	8,78%	10,88%	N/A
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	8,15%	8,15%	8,15%	7,10%	7,10%	5,00%	5,00%	7,10%	7,10%	7,10%	7,10%	N/A
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	N/A
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	N/A
5. Tábua de mortalidade	AT 83 Male	AT 83 Male	AT 83 Male	AT 83 Male	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	N/A
<b>Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</b>													
1. Aposentadoria hoje ( idade atual 65 anos)	18,6307	18,6307	18,6307	18,6307	18,6307	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	18,6307
2. Aposentadoria daqui a 25 anos ( idade atual 40 anos)	18,6307	18,6307	18,6307	18,6307	18,6307	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	19,5456	18,6307

### 4.36 – Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

O Grupo não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2013 e em 2012.

#### a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, o principal fator de risco de mercado aos quais as Companhias estão expostas são preços de produtos e insumos e outros custos.

#### b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 333 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 4.268).

#### c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos da VLI Mult, de arrendamento e concessão da FCA e subconcessão a pagar da FNS (Nota 4.21), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

#### d) Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 32.259 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 24.263).

#### e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levado em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

#### f) Risco operacional

A VLI S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.10.2).

g) Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 correspondem:

	Empréstimos e recebíveis			
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos</b>				
Contas a receber de clientes	318.331	214.657	974	636
Partes relacionadas	492.277	92.053	19.611	3.934
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	15.892	133.136	736	38.352
Aplicações financeiras	390.496	273.015	281.507	21.581
Contas a receber da RFFSA (União)	53.493	38.582		
	<u>1.270.489</u>	<u>751.443</u>	<u>302.828</u>	<u>64.503</u>
			Outros passivos financeiros	
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	174.815	156.348	9.235	4.434
Empréstimos e financiamentos	182.553			
Partes relacionadas	858.949	98.847	571.368	1.953
Arrendamentos, Concessão e Subconcessão a pagar	180.411	170.569		
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.301.100		1.301.100
	<u>1.396.728</u>	<u>1.726.864</u>	<u>580.603</u>	<u>1.307.487</u>

#### h) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros em volume significativo.



#### 4.37 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis, correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pelo Grupo referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2013	63	53
Valor da última parcela paga		
Concessão	1.847	449 (*)
Arrendamento	35.097	8.533 (*)

(\*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

#### 4.38 – Outras Informações

##### a) Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013

A Administração da companhia, em sua avaliação, não identificou nos parágrafos da MP nº627 efeitos ou ajustes a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas do Grupo VLI.

##### b) Desoneração de folha de pagamento

Em 2013 o Governo Federal, divulgou um pacote de medidas com o objetivo de redução dos impactos financeiros das contribuições previdenciárias incidentes sobre as folhas de pagamento de determinados setores da economia, através da Lei 12.844, de 19 de julho de 2013 que alterou a Lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011.

Com esta medida as controladas indiretas FCA e FNS, no ano de 2014, obrigam-se a apurar a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e sua apuração será aplicando a alíquota de 1% sobre o valor de sua receita bruta apurada nos termos da Lei 12.844/13 e 12.546/11.

##### b) Venda de Participação societária do controlador

Em setembro de 2013, a Vale S.A celebrou acordos para transferência de participação de 20% do capital da VLI para Mitsui & Co. (“Mitsui”) e de 15,9% para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal.

Em Dezembro de 2013, a Vale S. A. celebrou acordo com um fundo gerido pela Brookfield Asset Management (Brookfield) para a venda de 26,5% de sua participação no capital da VLI S.A (“VLI”), empresa de logística integrada de carga geral controlada pela Vale, por R\$ 2 bilhões.

Após a conclusão das transações com a Mitsui, FI-FGTS e Brookfield, a participação da Vale na VLI será de 37,6%. A conclusão das transações mencionadas estará sujeita às aprovações de órgãos governamentais competentes, entre eles o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

As transações com a Mitsu &Co e FI-FGTS foram aprovadas sem restrições pelo CADE, conforme despachos da Superintendência Geral publicados no Diário Oficial da União no dia 20.março.2014

## **5 – ADMINISTRAÇÃO - DIRETORES**

### **Diretoria**

Marcello Magistrini Spinelli  
**Diretor-Presidente**

Marcus Vinícius de Faria Penteado  
**Diretor**

Fabiano Bodanezi Lorenzi  
**Diretor**

Rodrigo Saba Ruggiero  
**Diretor**

Renato Correia Botelho  
**Diretor**

Fabio Stewson de Souza  
**Contador**  
CRC-MG 045913/O-6 "S" SP